

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 17/02/2016

Face ao rápido desenvolvimento socioeconómico dos últimos anos, as exigências da sociedade tendem a aumentar no respeitante à fiscalização do dinheiro público, com vista ao seu bom aproveitamento. Assim, o âmbito da auditoria foi alargado e os respectivos trabalhos foram reforçados. Os problemas detectados durante a auditoria são cada vez mais e notórios, e a atenção dos diversos sectores desperta sempre que são divulgados os relatórios do Comissariado de Auditoria. Mas não podemos esquecer que “depois da auditoria os problemas mantêm-se”, portanto, continua por resolver o fenómeno das “várias auditorias e das reincidências”, o que prejudica a fé pública no Governo.

A fiscalização através da auditoria visa promover uma melhor governação. A “Declaração de Pequim”, aprovada em 2013 num congresso internacional que reuniu entidades auditoras, aponta claramente que o objectivo e a missão dos órgãos de auditoria dos actuais governos é promover a boa governação do país. Segundo as leis de Macau, o Comissariado de Auditoria tem de fiscalizar a gestão do erário público e de outros recursos públicos, e fazer com que os “sujeitos da auditoria” governem de forma mais transparente, eficiente e eficaz, em prol da boa gestão dos interesses dos cidadãos da RAEM.

Que se saiba, os relatórios de auditoria divulgados pelo Comissariado da Auditoria, desde o seu estabelecimento, apontam para problemas com a aplicação e gestão do dinheiro e recursos públicos e para erros que se repetem. Os problemas mais evidentes são as falhas nas obras públicas e a aplicação ineficaz e ilegal do erário público. Os resultados da auditoria não têm carácter vinculativo, segundo o Governo servem apenas de referência para os serviços, e as respostas destes são, normalmente, “concordamos, aceitamos, vamos rever tudo com seriedade, vamos averiguar as falhas, e proceder às devidas melhorias”, mas o público não sabe se os problemas acabam por ser devidamente resolvidos. Muitos dos erros repetem-se e são comuns a vários serviços, o que demonstra bem que não é dada importância aos problemas detectados, que estes não são resolvidos, e que os regimes em causa não são aperfeiçoados, portanto, qual é o resultado? A auditoria não produz efeitos, e a questão chave disto é a imperfeição e a má aplicação do regime de responsabilização.

A auditoria é apenas um meio, a promoção da regulação/correção dos problemas detectados pela Auditoria por parte da unidade visada é que é o objectivo final. Neste momento, o ambiente macroeconómico interno e externo é ainda complexo, e Macau sofre uma pressão acrescida com a recessão económica e com o abrandamento das receitas públicas, mas, no entanto, ainda não há formas para reduzir as despesas. Assim sendo, proponho o seguinte: aperfeiçoar o regime de auditoria, criar o sistema de regulação/correção dos problemas verificados na auditoria, reforçar a objectividade, a iniciativa e a

concretização das funções inspectivas, manter as orientações e substituir a verificação *a posteriori* pela intercalar e *a priori*, aumentar o rigor do mecanismo de responsabilização, e instituir um mecanismo para o diálogo e concertação entre as partes. Só com a implementação do sistema de regulação/correção é que é possível elevar a qualidade da auditoria e garantir que o erário público é bem aplicado e em prol do bem-estar dos residentes.

IAOD de Wong Kit Cheng em 17.02.2016

Implementação dos serviços de creche em 2016

Com o aumento da natalidade em Macau, a falta de vagas nas creches é algo que perturba os pais. Segundo os dados estatísticos, existem 19 124 crianças em idade de entrar na creche (3 meses a 3 anos), portanto, as cerca de 8 300 vagas registadas no ano passado não conseguem, manifestamente, satisfazer as necessidades. O Governo afirmou que em 2016 iam ser criadas mais duas mil vagas, por via da ampliação de 3 creches e da construção de 5 novas: a creche Helen Liang, a da Universidade de Macau, a da Universidade de São José, a nova creche Kao Yip, e a «Abelhinha» da Associação Geral das Mulheres. No entanto, a entrada em funcionamento dessas cinco creches pode atrasar-se, devido a motivos diversos. Por exemplo, as admissões na creche da Universidade São José dependem da mudança desta para as novas instalações, o que, segundo o seu reitor, só acontecerá em Maio. Como a creche só pode funcionar nas instalações antigas, e apenas após a sua remodelação, não se sabe se a mesma pode abrir ainda este ano. E que se saiba, estão ainda a decorrer as obras das creches Kao Yip, Helen Liang e «Abelhinha» da Associação Geral das Mulheres. Tendo em conta os recorrentes atrasos nas obras públicas, a população não pode deixar de duvidar se a promessa das “10 mil vagas em 2016”, assumida nas LAG, pode ser honrada, e se as novas creches vão conseguir abrir ainda este ano. Por isso, apelo ao Governo para revelar, quanto antes, o ponto de situação das obras, assegurar os respectivos prazos de conclusão, e divulgar as datas para as admissões nas referidas creches.

Com vista a aumentar as vagas nas creches, o IAS tem promovido vigorosamente, nestes últimos anos, a modalidade de creches a meio tempo. Trata-se de um serviço que não tem sido acolhido pelos pais, daí ainda existirem vagas nas creches que o prestam. Segundo as informações publicadas na página do IAS, são 23 as creches subsidiadas pelo Governo para prestarem este serviço, e em 18 delas ainda existem vagas, portanto, há vagas em cerca de 80% das creches que oferecem a modalidade de meio tempo, enquanto a taxa de frequência nas creches a tempo inteiro ultrapassa os 80%. Há dois anos, uma associação realizou uma investigação e concluiu que há necessidade de creches a tempo inteiro, uma vez que a modalidade de meio tempo não consegue satisfazer as necessidades dos pais que trabalham, por isso é que há falta de vagas em determinadas creches e sobram vagas nas que oferecem serviços a meio tempo. Pudemos então ficar a saber por que razão é que a população pouco tem recorrido a essa modalidade. Propõe-se ao Governo que analise os motivos da reduzida procura dos serviços a meio tempo, e que proceda, quanto

antes, à revisão respectiva, que considere a possibilidade de converter as vagas a meio-dia em vagas a tempo inteiro, bem como que as vagas a oferecer no futuro sejam todas elas a tempo inteiro, por forma a satisfazer as efectivas necessidades dos pais.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 17.02.2016

Garantir o prestígio da auditoria e reforçar a eficácia da fiscalização

Desde 16 de Julho de 2001, o Comissariado de Auditoria já divulgou 58 relatórios de auditoria, e para além das Contas do Governo, foram auditados serviços directamente subordinados ao Chefe do Executivo e sob a tutela dos cinco Secretários. Alguns foram auditados várias vezes, mas parece que não dão importância aos relatórios, pois nada muda. E mais, não há relatórios do acompanhamento efectuado pelos serviços auditados, e nenhum governante tem de assumir responsabilidades pelos problemas indicados nos relatórios. Muitas pessoas consideram que os relatórios de auditoria anuais não passam de meros documentos, pois depois da sua divulgação e publicação pelos média não há qualquer acompanhamento. Na minha opinião, os relatórios de auditoria têm de surtir efeito, e os governantes dos serviços auditados devem assumir as suas responsabilidades quando é caso disso. Para além disso, há que acompanhar o processo de melhoria dos serviços e proceder à sua oportuna divulgação pública, pois só assim é que será possível garantir o prestígio da auditoria e reforçar a eficácia da fiscalização.

Desde 2001 que o CA divulga anualmente vários relatórios de auditoria, nomeadamente sobre a utilização de veículos do Governo, a Conta do Fundo de Turismo, a assiduidade dos trabalhadores das Forças de Segurança de Macau e sua fiscalização, o apoio financeiro concedido pelos Serviços Públicos às Instituições, a mobilidade do pessoal de secretariado, os Jogos da Ásia Oriental, a aquisição e utilização de equipamento médicos, o terminal marítimo de Pac On, o campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, o Metro Ligeiro, as obras de remodelação dos escritórios, a missão oficial, o aperfeiçoamento contínuo, o Centro de Ciência de Macau, os transportes rodoviários colectivos, a assistência financeira, o apoio do Fundo de Desenvolvimento Educativo, e ainda o relatório sobre os “Serviços adjudicados de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião”, divulgado no mês passado.

Depois duma consulta a esses relatórios, verifica-se que os problemas elencados, independentemente dos serviços, estão fundamentados, e muitos dizem respeito à violação de procedimentos administrativos ou até de leis e regulamentos. Por exemplo, segundo o relatório dos “Serviços adjudicados de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião”, o Conselho Administrativo do Fundo dos Pandas adjudicou, em violação de diplomas legais, serviços cujas despesas excederam dez vezes o limite da sua competência para autorização; a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental adjudicaram, sem recurso a concurso como deviam, 30 projectos de montante superior a 750 mil patacas, parece tratar-se de uma situação em que os

serviços podem fazer o que bem lhes apetece. O caso mais ridículo é o da DSPA, que sem concurso nem celebração de contrato, adjudicou por 23 vezes a uma mesma empresa serviços de monitorização da qualidade do ar em Ká-Hó, envolvendo um valor superior a 37 milhões de patacas. E há dias foi publicado o “Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2014”, que foi questionado por académicos por ser enganoso. Os parquímetros de Macau são explorados e geridos por uma empresa concessionária, e a DSAT, enquanto serviço responsável pela fiscalização, podia limitar-se a fazer um telefonema, mas não, contratou alguém para fazer um inquérito para ficar a saber quantos parquímetros existem. Quanto ao número dos lugares de estacionamento, foram contratadas empresas para fazer um levantamento, pois os serviços envolvidos não acreditam um no outro. E a população questiona isto tudo, porque se de facto não existem problemas, é difícil justificar com razoabilidade este funcionamento tão estranho.

Todos estes serviços auditados concordam com os relatórios de auditoria, mas, segundo a experiência, parece que nenhum dos seus dirigentes tem de assumir responsabilidades. Se esta situação se mantiver, mesmo que sejam mais os serviços auditados, os dirigentes vão sempre encontrar forma de contornar a situação. Portanto, a responsabilização assume-se como factor essencial para evitar tudo isto.

IAOD do Deputado Kou Hoi In em 17.02.2016

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem promovido activamente o desenvolvimento do turismo e explorado novos produtos turísticos. Com os esforços do Governo, da população e do sector, os elementos turísticos são cada vez mais ricos e os produtos turísticos, por sua vez, têm contribuído para refrescar a imagem da cidade, têm ajudado ao prolongamento da estadia dos turistas em Macau, ao aumento do consumo, ao estímulo da economia nas zonas comunitárias e à promoção do desenvolvimento saudável do sector do turismo.

O “Festival de luz” foi o novo elemento mais acolhido nos últimos anos. A fusão entre a tecnologia e o património mundial e o contraste entre o antigo e o moderno atraíram muitos turistas, que seguiram os itinerários delineados pelos serviços competentes através do património mundial, e se entretiveram durante a visita. As diversas zonas comunitárias devem tirar proveito do sucesso do “Festival de luz”, devem aproveitá-lo para atrair os turistas a visitá-las e a consumirem, fortalecendo-se assim a sua economia.

A Direcção dos Serviços de Turismo (DST) divulgou oito roteiros turísticos a pé, que visavam a triagem dos turistas, mas os resultados não foram bons, principalmente devido à insuficiência das instalações de trânsito e de turismo e à falta de atractividade dos roteiros. Sugere-se então ao Governo que alargue o referido festival até às zonas antigas, aperfeiçoe as respectivas instalações complementares, reforce o intercâmbio com os residentes e as associações daquelas zonas, aproveite o festival como novo “embrulho” da cultura peculiar daquelas zonas, organize actividades de luz e sombra, e que mostre o novo ambiente das zonas comunitárias, com vista a aumentar o fluxo de pessoas, dinamizar o comércio, melhorar os resultados das actividades e o redireccionamento dos turistas. O Governo deve ainda pensar nas condições para organizar, regularmente, o referido festival de luz, assim como outras actividades temáticas com luz, em conjugação com as diferentes e grandes festividades, para que a temática da luz e sombra se transforme num elemento turístico peculiar de Macau.

Para além do festival de Luz, solicito novamente ao Governo que crie mais elementos turísticos, aproveitando a mistura da cultura chinesa e ocidental de há mais de 400 anos, os recursos turísticos abundantes e a harmonia entre o antigo e o moderno. Apresentei várias vezes algumas sugestões, por exemplo, a Avenida de Almeida Ribeiro passar a pedonal em determinados períodos, a fim de a transformar num museu histórico de rua, mostrando os diferentes momentos do desenvolvimento de Macau, promovendo-se, ao mesmo tempo, as zonas periféricas àquela Avenida; transformar mais zonas antigas em novas atracções turísticas, semelhantes ao Largo do Leal Senado e à Rua da Felicidade, introduzindo-se, assim, mais elementos característicos e turísticos de Macau.

Para revitalizar os bairros antigos e fortalecer a sua economia, o Governo deve experimentar a introdução de produtos turísticos e a criação de novos elementos turísticos, para que estes possam integrar o planeamento dos bairros antigos e promover o desenvolvimento do sector do turismo, ao mesmo tempo, deve redireccionar as pessoas para as diversas zonas. Ainda há espaço para a exploração de recursos turísticos, para que o sector se desenvolva de forma saudável, e para que Macau se transforme num Centro Mundial de Turismo e de Lazer, mas para isso há que aproveitar as vantagens e que definir, quanto antes, os planos necessários, para promover o desenvolvimento diversificado do turismo e para que Macau possa ser, de facto, um verdadeiro destino turístico e de lazer agradável e com características próprias.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 17.2.2016

Participação activa na estratégia «uma faixa e uma rota» e na construção do Banco Asiático de Investimento em Infra-estruturas

A estratégia de desenvolvimento nacional de «uma faixa e uma rota» não só acarreta à RAEM mais oportunidades para a diversificação adequada da economia, construção de «um centro e uma plataforma» e internacionalização da indústria de medicina tradicional chinesa e do sector financeiro com características próprias, como também amplia a plataforma para a potenciação dos talentos locais e formação em serviço, e é um momento ideal para que a RAEM participe nos projectos prioritários do País.

A vontade de participar de forma activa na construção de «uma faixa e uma rota» já foi expressa claramente pelo Governo da RAEM ao Governo Central. Nas propostas para o 13.º Plano Quinquenal, divulgadas no ano passado, também foi mencionado que a RAEM deve aproveitar as características privilegiadas, no sentido de participar e apoiar a construção de «uma faixa e uma rota».

Como porto franco, Macau é desde longa data uma das principais entradas do comércio marítimo da China. Hoje é plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Por isso, não só pode ser intermediário nas trocas comerciais entre o Interior da China e os países e regiões da «Rota da Seda Marítima do Século XXI», promovendo a exploração dos mercados lusófonos e latinos por parte das empresas chinesas, e pode prestar serviços financeiros aos países lusófonos, à região do Delta do Rio das Pérolas e às outras cidades do Interior da China, através da sua plataforma de liquidação em Renminbi entre a China e os países lusófonos. Isto, além de corresponder ao rumo de desenvolvimento da indústria financeira com características próprias, é o que a RAEM é capaz de concretizar na participação nesta estratégia nacional. Espero que o Governo da RAEM proceda a estudos e à definição de legislação sobre o sector financeiro e encete diálogos com as cidades e regiões abrangidas pela estratégia, para juntar as forças das diversas partes, através da complementaridade, sinergia e cooperação, para a construção de «uma faixa e uma rota».

O Banco Asiático de Investimento em Infra-estruturas (BAII) foi estabelecido em Dezembro passado, com 57 países fundadores. Em Janeiro deste ano, realizou-se em Pequim a cerimónia de inauguração do Conselho do BAII e do Conselho de Administração, mas Macau ainda não obteve qualificação para participar nessa cerimónia. O Governo da RAEM tem de percorrer ainda um bocado para conseguir participar no funcionamento do BAII. A adesão ao BAII vai ser um estímulo convincente na atracção de negócios e investimentos para os projectos de cooperação regional, é uma iniciativa positiva para dar resposta à estratégia de desenvolvimento definida pelo País, e pode ainda elevar

gradualmente o grau de participação de Macau no apoio aos projectos das regiões asiáticas e até internacionais. A participação conjunta na promoção do desenvolvimento das infra-estruturas dos países em desenvolvimento da Ásia, sobretudo os que fazem parte da ASEAN, vai ser vantajosa para a RAEM, cujas relações com o exterior estão a intensificar-se. Apoiar esses países ou territórios na construção e no aperfeiçoamento de infra-estruturas poderá impulsionar o respectivo desenvolvimento económico e permitir a partilha conjunta e a interligação entre as diversas regiões, em prol do benefício mútuo. Espero que o Governo acelere os seus passos na definição de políticas adequadas para a participação no BAI, para que Macau consiga realmente participar na promoção dos investimentos de construção do País, coadunar-se com os projectos estratégicos do País e manter e aumentar o valor da reserva financeira da RAEM. Proponho ao Governo que envide esforços para participar no BAI e para que isso seja mencionado na parte sobre Macau do 13.º Plano Quinquenal.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 17.02.2016

A classificação de Macau como património mundial da UNESCO aconteceu há já mais de dez anos. O centro histórico é testemunho da história de Macau e também um recurso cultural importante que necessita de ser protegido e conservado. Porém, nos últimos anos, o Governo pouco tem feito, deixando que os problemas se sucedam: em 2013, o incêndio no Templo de Na Tcha, possivelmente devido a curto-circuito; em 2014, o roubo do altar da divindade da terra no Beco Central, causando celeuma na sociedade; em 2015, os *graffiti* nas fachadas de dois monumentos, perto do Albergue da Santa Casa da Misericórdia; e neste ano, incêndios sucessivos e a queda de uma parede no terreno de construção adjacente à Casa de Lou Kau. O recente incêndio causado por curto-circuito no Templo de A-Má deixou gravemente danificados os altares e as tábuas com caligrafia, denegrindo a imagem da RAEM e do País.

Estes casos revelam que a vigente Lei de Salvaguarda do Património Cultural é insuficiente quanto à protecção do património, logo, necessita de uma revisão. Além disso, o Governo deve reforçar a fiscalização, sensibilização e educação neste âmbito, aperfeiçoando especialmente as medidas contra incêndio nos templos em madeira.

De acordo com opiniões da sociedade, o incêndio no Templo de Na Tcha em 2013, também um bem imóvel classificado, e o recente incêndio no Templo de A-Má foram ambos causados por curto-circuito, e devido à falta de equipamentos contra incêndio, o fogo espalhou-se e provocou danos de maior escala. Isto evidencia que o Governo não retirou ensinamentos dos casos precedentes, no sentido de reforçar a fiscalização sobre a segurança contra incêndios. Este último caso é claramente uma repetição do mesmo erro, e o Governo não pode ilibar-se das responsabilidades.

De facto, muitos dos edifícios do património cultural de Macau são em tijolo e madeira - pertencem à 3.^a categoria na classificação da resistência das construções contra o fogo -, o que significa que têm baixa resistência ao fogo e que é elevado o risco de danificação por incêndio, portanto, o patrulhamento dos bombeiros e a fiscalização dos serviços são insuficientes para as proteger. As autoridades devem tomar medidas específicas de prevenção contra incêndios tendo em conta os materiais usados na construção desses edifícios do património cultural, por forma a reforçar a consciencialização de quem os administra para a necessidade de os proteger e salvaguardar. Devem também ser melhorados os equipamentos de prevenção contra incêndio instalados nesses edifícios, para sua maior protecção.

Foram já divulgadas as Directivas para a Protecção contra o Incêndio nos Templos de Macau, mas como não são vinculativas, não são suficientes para melhorar a gestão dos templos nem para reforçar a consciencialização de quem os administra para a prevenção de incêndios. E a Lei de Protecção do Património Cultural, por seu turno, também não define com pormenor as medidas de manutenção, conservação e fiscalização dos edifícios classificados. O Governo deve então proceder, quanto antes, a uma revisão legislativa, e definir as regras a aplicar na protecção do património cultural, consoante a realidade e a situação em que as construções se encontram, por forma a ser possível, através da protecção adequada dessas construções de elevado significado e valor histórico para a civilização humana, evitar a danificação do património mundial por falta de conservação.

IAOD do deputado Si Ka Lon em 17.02.2016

Há que clarificar as soluções para tratar o incidente Pearl Horizon

O incidente do Pearl Horizon registou algum desenvolvimento mas neste momento está num impasse. São cada vez mais os proprietários que se mostram preocupados, uma vez que esta controvérsia vai redundar numa acção judicial demorada. A resolução do problema é um teste de inteligência para o Governo. As fracções em construção do Pearl Horizon envolvem centenas de milhões de patacas, têm implicações com os interesses de milhares de famílias e envolvem mesmo até poupanças de várias gerações. Recentemente, os proprietários destas fracções agiram, recorrendo a diferentes meios, para manifestar as suas solicitações. A luta por direitos legítimos é compreensível.

Face à pressão de diferentes partes, o Polytec mudou, recentemente, a sua atitude, passou do evitar de encontros para o entrar gradual em contacto com as pessoas, e começou recentemente a negociar com os bancos para suspender as prestações periódicas dos proprietários que optaram pelo seu pagamento imediato. No entanto, falta uma promessa clara, isto é, como é que vão ser indemnizados os pequenos proprietários caso a acção seja julgada improcedente?

Os condóminos desejam que o Governo, enquanto seu último reduto, salvguarde os seus legítimos direitos e interesses numa perspectiva humanitária e de acordo com o espírito da lei. O Governo está determinado em proteger os condóminos, e o Chefe do Executivo reiterou que “tem de se proteger quem já pagou o sinal”. Assim, a Secretária para a Administração e Justiça, o Secretário para a Economia e Finanças e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas foram incumbidos de proceder ao devido estudo. O mesmo afirmou que quando, no futuro, houver lugar a concurso público para concessão do terreno em questão, vão ser aditadas, quanto possível, cláusulas especiais. Mas o Governo não tomou a iniciativa de comunicar com os condóminos para os informar sobre o caso. Numa perspectiva de melhor governar, a actuação do Governo merece melhoria.

Foi recentemente constituída a União dos condóminos do Pearl Horizon, com o objectivo de recorrer a meios pacíficos e legais para manifestação das suas exigências. Estou em crer que tal constituição vai contribuir para assegurar o consenso e servir de ponte para a comunicação entre os condóminos, o Governo e o construtor. Espero que o Governo e o construtor aproveitem esta União para reforçar a comunicação com os condóminos.

Primeiro, o promotor tem de dar uma resposta clara o mais rápido possível, tem de apresentar as soluções para ambos os casos – se ganhar ou perder a acção judicial. Se perder, vai indemnizar os pequenos proprietários de acordo com o Código Civil? Segundo, muitos pequenos proprietários pertencem à camada laboral, e alguns deles estão muito preocupados, pois têm de continuar a pagar as

prestações sem saberem quando é que vão ter casa, por isso, o promotor tem de chegar a consenso com os bancos, definindo um prazo de tolerância até haver uma decisão judicial, com vista a aliviar as dificuldades financeiras dos pequenos proprietários. Em caso de necessidade, o Governo tem de intervir, e para além disso, deve informar os pequenos proprietários sobre as propostas concretas para garantir os seus direitos e interesses, caso ganhe a acção e proceda a uma nova concessão.

O caso do Pearl Horizon tem implicações com a harmonia e estabilidade social e com os interesses de milhares de famílias, tem uma relação directa com os interesses de mais de dez mil residentes e uma relação indirecta com 80 a 100 mil pessoas das mais diversas camadas sociais, por isso, os diversos interessados têm o dever de salvaguardar a estabilidade e a prosperidade social. Acredito que, se for dada aos pequenos proprietários uma previsão relativamente clara, só se favorecerá a resolução do caso. Quanto ao promotor, deve assumir as suas responsabilidades enquanto empresário e assumir uma promessa clara quanto antes, e quanto ao Governo, solicito que seja mais proactivo quanto a este assunto.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 17.02.2016

Uma habitação confortável para viver com tranquilidade tem vindo a ser o desejo dos residentes e é um tema que desperta a atenção de todos os sectores. Na entrada num novo ano, o Governo deve acelerar os planos e definir linhas, nomeadamente, de reordenamento dos bairros antigos, o que está em discussão há muitos anos.

Em Macau, há mais de 3000 edifícios com 30 anos ou mais, cuja maioria se concentra nos bairros antigos. Devido à falta de associações de condóminos ou de empresas de administração, e ainda porque os proprietários ignoram a parte comum dos edifícios e há falta de reparação ao longo dos anos, as instalações dos vários edifícios antigos de pequena dimensão estão envelhecidas e as suas condições habitacionais, cada vez piores. A sociedade lançou um apelo para a reconstrução ou reordenamento dos bairros antigos, para os recursos limitados de terrenos poderem ser melhor aproveitados a fim de aperfeiçoar as condições habitacionais e comerciais destes bairros. Mas já se passaram 10 anos, e o trabalho legislativo do Governo tem sido muito lento, a lei sobre o reordenamento dos bairros antigos encontra-se ainda num vazio, por isso, não há lei a seguir para o reordenamento da cidade e os terrenos desaproveitados continuam devolutos. Os edifícios velhos nos bairros antigos são, agora, como bombas-relógio.

O antigo Conselho Consultivo foi extinto e o Governo substituiu o conceito de “reordenamento dos bairros antigos” por “renovação urbana”. Qualquer destes conceitos tem como objectivo a imagem turística de Macau, o aumento da qualidade de vida dos residentes e o melhoramento do ambiente e da sanidade pública. Para que uma cidade se desenvolva é estritamente necessário haver um planeamento geral. Por isso, se Macau quer transformar-se num centro mundial de turismo e lazer, e numa plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, é extremamente importante dispor de um planeamento urbanístico.

Sabemos que o reordenamento dos bairros antigos é uma questão bastante complexa, mas é necessário encarar isso para efeitos de renovação urbana e modernização da cidade. O primeiro passo para a renovação urbana é o planeamento urbanístico, sendo este também o núcleo do conceito para a reordenação dos bairros antigos. Sugiro ao Governo que faça, em primeiro lugar, o plano director da cidade e defina melhor as funções das várias zonas, para a reordenação ou reconstrução dos bairros antigos ser melhor regulada e para melhor aproveitamento dos recursos de solos.

Para além dos trabalhos de planeamento urbanístico, deve-se ainda ter em conta as experiências obtidas na reconstrução do edifício Fok Neng. Na legislação para o reordenamento dos bairros antigos, deve-se definir que seja dado

tratamento prioritário aos edifícios onde os proprietários tenham menos divergências e haja maior percentagem de concordância na reconstrução, para que os proprietários possam atingir com maior facilidade um consenso, devendo definir-se a redução do imposto a cobrar e o aumento da volumetria.

IAOD da Deputada Chan Hong em 17.02.2016

Prevenir o vício do jogo e reprimir o seu alastramento

Houve idosos que me revelaram que em Macau alguns deles já se tornaram clientes frequentes dos casinos, onde comem, bebem, jogam e divertem-se. A maioria destes idosos gosta de jogar nas “*slot machines*”, pois o valor de aposta não é grande e conseguem jogar meio dia com centenas de patacas. Diz-se que, quando o Governo distribuiu a comparticipação pecuniária, o subsídio para idosos, o fundo de previdência central ou a pensão de velhice, aumenta sempre o número dos idosos que vão jogar nos casinos. Vários idosos perderam a sua fortuna nas “*slot machines*” e houve domésticas que perderam o dinheiro para comprar comida, e é por aqui que começam os conflitos em várias famílias.

O problema dos jogadores compulsivos e patológicos já existe há muito tempo. As autoridades realizaram vários trabalhos, mas a socialização do jogo continua a existir. Segundo os relatórios de estudos do Instituto Politécnico de Macau (IPM)¹ e da Universidade de Macau (UM)², em 2012 havia cerca de mil jogadores patológicos e a taxa de participação no jogo dos residentes de Macau, referente aos últimos anos, tendia a descer. Mas Macau é pequeno e são muitos os casinos, e a probabilidade de os residentes terem contacto com o jogo é relativamente elevada. Segundo os dados do Sistema de Registo Central dos Indivíduos afectados pela Problemática do Jogo, do Instituto de Acção Social (IAS), o número de pessoas que procuraram, por sua iniciativa, combater o vício do jogo foi de 149, 134 e 141³, em 2012, 2013 e 2014, respectivamente. Pelos vistos, continua a existir uma grande diferença entre o número das pessoas actualmente sujeitas a aconselhamento e o das que precisam de tratamento, o que reflecte que os jogadores patológicos têm uma fraca noção de pedir apoio por sua iniciativa. A par disso, os jogadores cada vez mais novos e o jogo na internet são também problemas que não devem ser ignorados.

A meu ver, deve-se acelerar os seguintes trabalhos:

1. Implementar activamente a política de “jogo responsável”, aprofundar os estudos sobre a problemática da proliferação do jogo em bairros comunitários e mover gradualmente os estabelecimentos de “*slot machines*” para fora desses bairros, intensificar ainda a monitorização, acompanhamento, prevenção e tratamento do estado psicológico dos jogadores patológicos, bem como aprofundar os estudos sobre as suas condutas normais. As respectivas

¹ Instituto Politécnico de Macau (2012), Inquérito sobre o comportamento em actividades de jogo e relacionamento familiar, realizado pelo IPM e encomendado pelo Instituto de Acção Social do Governo da RAEM.

² Instituto para Estudos sobre o Jogo da Universidade de Macau, Relatório do Inquérito sobre a Participação dos Residentes de Macau nas Actividades do Jogo 2013.

³ Instituto de Acção Social, Relatório do ano de 2014 sobre o Sistema de Registo Central dos Indivíduos afectados pela Problemática do Jogo.

organizações e associações têm que tomar a iniciativa de “entrar” nos bairros comunitários, para reforçar os apoios tanto para os jogadores patológicos como para as famílias dos mesmos;

2. Relativamente aos “croupiers” que participem, sem controlo, em jogos noutros casinos sem ser onde trabalham, devemos acompanhar os que têm o hábito de jogar, a fim de evitar que se transformem em jogadores patológicos;

3. Não podemos ignorar o jogo no mundo virtual nem a redução cada vez mais significativa da idade dos jogadores.⁴ Para remediar a situação, há que educar os jovens, criando assim um exemplo, educando-os para saberem qual o sentido correcto do valor do dinheiro e, por outro lado, devemos criar mais aplicações que ajudem a retirar o vício do jogo;

4. Proporcionar mais instalações e serviços de actividade para as pessoas de terceira idade, de forma a abrandar a sua dependência do jogo, enquanto forma de diversão, bem como dominar as respectivas informações, através de provas de teste do vício a realizar regularmente pelas respectivas organizações.

⁴ “Inquérito sobre a prevenção do vício entre os jovens – 2014”, rede de serviços dos jovens dom-bosqueiros.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 17.02.2016

O Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social, long Kong Io, referiu há dias que o Chefe do Executivo já autorizou a entrada em processo legislativo da proposta de lei do Regime de Previdência Central não Obrigatório, que está a ser acompanhada pelos Serviços de Assuntos de Justiça, e depois vai ser enviada ao Conselho Executivo e à Assembleia Legislativa para apreciação. Quanto ao aumento da contribuição até 90 patacas, o Governo vai tomar uma decisão final se as partes laboral e patronal não conseguirem chegar um consenso ainda este ano. A discussão destas questões já se arrasta há muitos anos, mas não avança, o que deixa a população desapontada com o Governo.

Passaram-se 8 anos desde a apresentação da ideia de um regime de segurança social com dois níveis, mas ainda não foi implementado o segundo nível. O Governo planeava concluir o respectivo processo legislativo deste regime no 3.º trimestre do ano passado, mas arrastou-o durante 6 meses e até ao momento ainda não há avanço. O Governo não incluiu este regime nas propostas de lei que vão ser apresentadas este ano e isto significa que não tem determinação em concluir este regime ainda este ano. Quando é que vão ser concluídos o acompanhamento da DSAJ e a discussão do Conselho Executivo? Quando pode ser apresentado à AL? O Governo não deu uma resposta ao público sobre isto.

Quanto ao montante das contribuições do Fundo, este não é actualizado há vários anos. Para assegurar o desenvolvimento duradouro do Fundo, a sociedade concorda com o aumento adequado das contribuições e não se opõe ao aumento do actual montante de 45 para 90 patacas, proposto pelo Governo. Durante a discussão, a parte laboral já manifestou a sua oposição quanto à actualização da proporção das contribuições das partes laboral e patronal.

O FSS visa garantir uma vida condigna para os trabalhadores, na pós-aposentação e nas situações de risco, tais como, desemprego e doença, portanto, desde 1990, tem-se mantido inalterada a proporção das contribuições das partes patronal e laboral, que é de 2 para 1, o que é importante, porque clarifica o encargo a suportar pelos empregadores para salvaguardar a vida laboral dos trabalhadores.

Ainda não existe, neste momento, uma calendarização para a criação do Regime de Previdência Central Obrigatório e, se o Governo alterar a referida proporção das contribuições sem quaisquer fundamentos, vai contrariar a verdadeira intenção legislativa. Assim, para o futuro, quais serão os factores que podem atrair os empregadores a participar no Regime de Previdência Central Não Obrigatório, para que o Governo concretize a sua promessa quanto à implementação de um sistema de segurança social de dois níveis?

A parte patronal já manifestou as referidas posições e fundamentos ao Governo, tendo este admitido as suas opiniões. Em Maio passado, o presidente do FSS, Ip Peng Kin, afirmou que o Governo pretendia manter a proporção das contribuições das partes patronal e laboral de 2 para 1; em Agosto, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura afirmou que o Governo se estava a esforçar para tomar uma decisão no final do ano. O Governo nunca chegou a tomar uma decisão ao nível da resolução dos conflitos sobre as proporções das contribuições e da alteração das mesmas. Se o Governo mantiver essa atitude de não se responsabilizar nem dar luz verde, ou se alterar a proporção das contribuições sem quaisquer fundamentos, no futuro, como vai ser possível enfrentar discussões sobre políticas e conflitos laborais e patronais ainda mais complexos?

Exorto novamente o Governo a implementar, quanto antes, o Regime de Previdência Central não Obrigatório, por forma a estabelecer o regime de segurança social de dois níveis, para que os residentes tenham um melhor regime de protecção na terceira idade; deve ainda continuar a estudar os investimentos e o regime de contribuições do Fundo de Segurança Social, a fim de consolidar o seu desenvolvimento.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 17.02.2016

É habitual que grande número de turistas venha a Macau em certos feriados, e as respectivas entradas e saídas concentram-se nas Portas do Cerco, o que se traduz em grande pressão para este posto fronteiriço e para o trânsito na vizinhança. Na passada semana dourada, o número de visitantes subiu 4%, relativamente ao ano passado, um aumento maior do que o previsto. Nos dias a seguir ao 2.º dia do Ano Novo Chinês, registaram-se mais de 200 mil visitantes por dia. As autoridades policiais implementaram, tendo em conta a realidade, a medida de controlo de multidões nas Portas do Cerco, Ruínas de São Paulo, Praça do Leal Senado e Avenida de Almeida Ribeiro, contribuindo para a melhoria da ordem e escoamento do fluxo de pessoas. Para além disso, o destacamento de mais trabalhadores contribuiu para encurtar o tempo necessário para a passagem alfandegária. Como os visitantes chegaram ao mesmo tempo e entraram em Macau pelo mesmo posto fronteiriço, isto constituiu um desafio para o trânsito de Macau. Segundo informações de residentes, registaram-se graves congestionamentos nas proximidades das Portas do Cerco, antes e depois do Ano Novo Chinês, e quase todos os autocarros estavam repletos, o que provocou grande impacto na vida da população.

Em finais de 2014, um novo modelo de passagem alfandegária foi implementado em vários postos de fronteira terrestres, nomeadamente, o prolongamento do horário de funcionamento do posto fronteiriço das Portas do Cerco-Gongbei, a abertura do Posto do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau à meia-noite, e a abertura ininterrupta do Posto Fronteiriço Flor de Lótus do COTAI-Hengqin. De acordo com os dados disponíveis, em 2015, registou-se um aumento de passageiros em vários postos de fronteira de Zhuhai, ou seja, um total de 130 milhões de passagens e uma subida de 11,2% relativamente ao período homólogo do ano anterior. Nas Portas do Cerco, registou-se um aumento de 9,4%, ou seja, em média, mais de 330 mil visitantes por dia, com um máximo de cerca de 400 mil visitantes num dia. Apesar do aumento significativo de passageiros, ou seja, de 54,3%, no Posto Fronteiriço da ponte Flor de Lótus, este não conseguiu alcançar o alvo de escoamento de passageiros e veículos que se concentraram nas Portas do Cerco. Por conseguinte, os passageiros do Posto Fronteiriço da Flor de Lótus representaram apenas 6% do total de pessoas que entraram em Macau pelos postos de fronteira terrestre. No mês passado, o posto fronteiriço da Ilha da Lapa encerrou de repente e, até ao momento, não há planos para a sua reabertura, o que acabou por aumentar a pressão nas Portas do Cerco.

Segundo as estatísticas disponíveis, nestes últimos o número de passagens pelo posto fronteiriço das Portas do Cerco bateu novo recorde, ultrapassando os cem milhões. Este posto é um dos mais movimentados do país, e a pressão de passagem de fronteira e do trânsito já atingiu o ponto de saturação. O Governo

deve reforçar a coordenação com os competentes serviços da China, a fim de otimizar o *hardware* e as instalações complementares de trânsito dos postos fronteiriços das duas partes, e deve ainda elevar a comodidade de passagem de fronteira, a fim de aliviar a pressão do posto das Portas do Cerco, especialmente nos feriados e festividades. Se estes trabalhos conseguirem surtir efeito, não só o tempo e a ordem de passagem de fronteira serão melhorados, como a pressão do trânsito nos arredores da fronteira será também reduzida.

Para desenvolver Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, é importante otimizar o *hardware* e as instalações complementares de trânsito, e aumentar a atractividade da cidade permitindo aos visitantes sentirem o ambiente de turismo e lazer, mas é ainda premente resolver os engarrafamentos nas passagens de fronteira, especialmente desviando os visitantes que passam pelas Portas do Cerco para outros postos fronteiriços, nos feriados e festividades. O Governo deve reforçar a triagem dos visitantes até aos diversos pontos turísticos, por exemplo, tomar como referência as informações sobre a situação em tempo real do trânsito proporcionadas pela DSAT, permitindo aos visitantes, através dos painéis de informação instalados nos pontos turísticos ou por aplicação de telemóvel, consultar o fluxo de passageiros e obter as informações necessários para escolherem ou até alterarem os seus planos de viagem, por forma a visitar locais menos movimentados e a maximizar o efeito de triagem.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 17.02.2016

Incutir o patriotismo nos jovens para que assumam as importantes tarefas da estabilidade social

Sr. Presidente,
Caros Colegas:

Boa tarde.

O desenvolvimento dos jovens tem implicações para o futuro de Macau e do País. Se as árvores demoram dez anos a crescer, as pessoas demoram cem anos a formar-se. E sabe-se que a formação dos pilares da sociedade, nomeadamente este do patriotismo, é absolutamente impossível de concretizar de um dia para o outro. Na sua visita a Macau no ano passado, o Presidente Xi Jinping referiu, expressamente, que quando os jovens se inteirarem da cultura e história da China, reconhecerem a sua qualidade de cidadãos, e elevarem a consciência do amor ao País e a Macau é que podem, sob o regime “um país, dois sistemas”, tornar-se verdadeiros cidadãos qualificados, e só assim é que podem assumir as importantes tarefas da manutenção a longo prazo da estabilidade e prosperidade de Macau.

Os jovens são a nova força para promover o desenvolvimento social e económico, e são também a esperança para o desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia, mais ainda, são activos preciosos da sociedade, portanto, está nas suas mãos o assegurar dos valores nucleares de Macau e o desenvolvimento socioeconómico sustentável. Foram recentemente divulgados os resultados do “inquérito sobre o actual estado e as reivindicações dos jovens de Macau”, segundo o qual os jovens em geral têm sentido de pertença quanto à sua qualidade de cidadão chinês, e o amor ao País e a Macau é valor principal entre eles, mas nos últimos anos, esses valores tendem a diminuir quer em Macau que em Hong Kong, situação que merece a nossa atenção.

Condenamos o recente motim ocorrido em Hong Kong, na zona de Mong Kok, e temos de reflectir sobre isso. Macau também está sob o princípio “Um País, dois sistemas”, então, como é que se vai construir um futuro sem sobressaltos, estável e próspero? Nas sociedades livres, é normal a divergência de opiniões e posições, contudo, há que ter fundamentos quando queremos convencer alguém. Se “por dá cá aquela palha” se originarem descatos brutais, só se prejudica a sociedade. A população não aceita actos extremistas nem discursos populistas. Os chineses e os residentes de Macau que amam a Pátria e Macau têm o direito de manifestar as suas opiniões para o bem-estar da população, com vista a que tanto o País como Macau possam prosperar e ser cada vez mais estáveis, contudo, não se

devem levantar problemas por “dá cá aquela palha” nem causar transtornos à sociedade que levem à desordem pública.

Na minha opinião, amar a Pátria e Macau tem de ser para sempre, trata-se de algo que nunca será obsoleto e que é também um dever para qualquer cidadão chinês, portanto, é necessário cultivar esse amor à Pátria entre os jovens. Os serviços competentes devem ouvir mais as solicitações dos jovens, dialogar e comunicar com eles através das redes sociais, e disponibilizar-lhes mais meios para planearem as suas vidas. Os serviços competentes devem formar os jovens e inculcar-lhes o amor à Pátria, com vista à concretização do sonho do País e à construção duma grande China.

Obrigado Sr. Presidente.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 17.02.2016

Ao entrar no ano novo do macaco, todos os cidadãos esperam que a qualidade de vida continue a aumentar. Os colegas do escritório dos Deputados Mak Soi Kun e Zheng Anting aproveitam a ocasião para desejar a todos boa sorte e saúde! Com a chegada da Primavera, vamos continuar a lutar pelos direitos e interesses dos cidadãos.

Sob a liderança do novo Governo, aumentou a eficácia da resolução das questões relacionadas com a vida da população. Contudo, devido a vários factores de incerteza decorrentes da conjuntura económica no exterior e à nova normalidade económica de queda das receitas do jogo, prevê-se que venham a surgir ainda mais problemas complexos e relacionados com a vida da população, o que vai gerar o caos e o descontentamento dos cidadãos, e por conseguinte, impedir o desenvolvimento socioeconómico sustentável de Macau. Estas situações caóticas fazem-nos lembrar um poema do Presidente Mao, “Qi Lu He Guo Mo Ruo”, onde se pode ler o seguinte: “Uma tempestade explodiu sobre a terra, nasceram monstros de um amontoado de ossos brancos. O monge, apesar da sua ignorância, pode ainda ser educado, mas os monstros, enquanto demónios, só podem acarretar desastres. O macaco dourado corajoso girou o bastão maciço e limpou a poeira da terra. Hoje, voltou a surgir uma névoa demónica. Saudamos Sun Wukong, o taumaturgo.”

Segundo especialistas e académicos, a lenda da Jornada ao Oeste baseia-se na peregrinação e perseguição do monge Tang Xuanzang para o oeste em busca das escrituras sagradas do budismo. O monge Tang teve de formar uma equipa para cumprir a sua missão, mas enfrentou várias dificuldades, pois foram contínuos os conflitos na equipa. Acabaram por conseguir vencer todos conflitos e chegar à compreensão e apoio mútuo. No início da viagem duvidaram se seria possível encontrara as escrituras sagradas no oeste, mas depois das muitas dificuldades enfrentadas ao longo do percurso, conseguiram, devido à amizade verdadeira, chegar a consenso e resolver conjuntamente todos os problemas, caminhando em conjunto rumo ao mesmo objectivo. Através da compreensão, paciência e apoio mútuo, e ainda da colaboração conjunta entre o mestre e os seus discípulos, conseguiram ultrapassar várias dificuldades e trazer as escrituras sagradas do Oeste. Através desta obra ficamos a saber que apesar das dificuldades que o mestre e os seus 3 discípulos enfrentaram na formação de uma boa equipa, com compreensão, paciência, apoio, fiscalização e colaboração, conseguiram concluir a missão que tinham em comum.

Os cidadãos de Macau têm um objectivo comum: transformar Macau numa cidade feliz. E para alcançar este objectivo, é essencial a definição de valores sociais e a união, pois só assim é que é possível dismantelar as crises decorrentes do desenvolvimento social. No entanto, o método para definir esses

valores comuns depende da reflexão e das opiniões construtivas de todos nós.

Segundo académicos e especialistas, para conseguir chegar a esses valores e objectivos comuns há que, em primeiro lugar, melhorar a educação cívica e elevar as nossas capacidades, sobretudo no caso dos dirigentes, que precisam de evoluir com os tempos. Mas mais importante ainda é reforçar e aprofundar o ensino na vertente do “Amor à Pátria e a Macau” junto de todos os cidadãos e assumir este conceito como valor essencial, e ainda recorrer a acções contínuas e escalonadas para formar talentos que governem Macau e que amem a Pátria e Macau. Ao mesmo tempo, há que prestar atenção à educação dos jovens e formar, no pressuposto radical do “Amor à Pátria e a Macau”, sucessores que assegurem o desenvolvimento sustentável da sociedade. Quanto aos valores comuns da equipa governativa, há que reforçar a noção de pensamento abrangente, de assunção de responsabilidades, de proactividade e aproveitamento de sinergias, com vista a fazer face às controvérsias e à resolução dos conflitos sociais, servir verdadeiramente melhor o cidadão e conquistar a confiança da população.

Para terminar, desejo para este novo ano o reforço do intercâmbio entre o poder legislativo e o executivo, a absorção das “energias da terra”, e a dedicação de todos nós aos cidadãos, para, em conjunto, fazermos de Macau uma cidade melhor!

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 17.02.2016

Actualmente, a atracção de turistas depende principalmente do jogo e das visitas. Com a queda das receitas do jogo, registada nestes últimos anos, a situação mudou, e os diversos sociais, na sua maioria, desejam que o desenvolvimento siga rumo ao turismo de lazer. Olhando para o turismo de Macau, verifica-se que os turistas, na sua maioria, são do Interior da China, e na sequência da assinatura de cada vez mais acordos de isenção de visto entre o nosso País e os países vizinhos, bem como face à desvalorização da moeda e aos ricos recursos turísticos do estrangeiro, aumenta a vontade de consumir e visitar países estrangeiros entre muitos turistas do Interior da China, portanto, as visitas a Macau vão ser inevitavelmente prejudicadas. Face ao aumento cada vez maior da competitividade das regiões vizinhas, Macau tem de ter elementos que permitam o desenvolvimento estável do sector do turismo.

A nossa capacidade de acolhimento está sempre a ser testada, pois somos a região com maior densidade populacional do mundo e recebemos anualmente 30 milhões de turistas. Com vista a manter o número de turistas e a aumentar a sua vontade de cá voltar, os serviços competentes devem melhorar o hardware e explorar novos elementos turísticos. Quanto à optimização do hardware, deve ser dada primazia à disponibilização de serviços mais cómodos e às infra-estruturas turísticas. Tanto residentes como turistas solicitaram várias vezes a disponibilização de carrinhos para transporte de bagagem nos terminais marítimos, entre outros postos fronteiriços, uma vez que os turistas que vêm directamente do aeroporto de Hong Kong trazem muita bagagem, e sem este tipo de hardware os inconvenientes são muitos. As lembranças de Macau têm fama, portanto, os turistas que saem de Macau levam muitas, e para lhes oferecer mais comodidade e conveniência, são necessários os tais carrinhos. Há ainda que melhorar o sistema de aviso nas paragens de autocarros e a plataforma de informação electrónica, para facilitar as deslocações de residentes e turistas e os planos de visita destes últimos.

Quanto à exploração de elementos turísticos, em finais do ano passado a DST lançou o festival de luz, que não só fez subir significativamente a atractividade do Centro Histórico como foi muito bem recebido pelos residentes e visitantes. Posteriormente, e aproveitando-se dessa característica, a DST avançou com uma segunda edição desse festival nas Casas Museu da Taipa no Ano Novo Chinês e no Dia dos namorados, dando assim continuidade àquela actividade e desviando a aglomeração de pessoas da Península de Macau. A maioria dos visitantes prefere fazer compras e visitas no Centro, razão pela qual esta zona está sempre congestionada. De facto, Macau dispõe de muitos pontos turísticos e o seu património histórico e cultural dispersa-se pelas diversas zonas da cidade,

portanto, sugiro que, tendo por base essas experiências, sejam lançadas actividades temáticas diversas nos diferentes pontos de interesse turístico, de forma a continuar a atrair a atenção dos residentes e visitantes e a dinamizar o desenvolvimento socioeconómico dessas zonas, bem como que se aproveitem os diferentes canais de divulgação para elevar, em conjunto com o hardware e software disponíveis, os créditos de Macau como centro mundial de turismo e de lazer. Mas mesmo com tudo isto não se consegue atingir a perfeição, pois a repetição leva à diminuição ou até perda da atractividade, por isso, a divulgação e a inovação são as vertentes mais relevantes. Só com a constante inovação e optimização é que será possível atrair correntes incessantes de visitantes para Macau.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 17.02.2016

A qualidade da construção das habitações públicas tem sido alvo de críticas da sociedade. Problemas como cavidades, fendas nas paredes e infiltrações são razões de queixa por parte dos cidadãos. Em 2012, houve desprendimento de azulejos no Edifício Mong Sin, habitação social concluída apenas 2 anos antes. Na altura, o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas atribuiu o caso às mudanças de temperatura, que originaram dilatação térmica. No ano passado, registou-se a saliência de azulejos em quase todos os andares de vários edifícios do complexo de habitação pública de Seac Pai Van, cuja reparação demorou vários meses, sendo necessário remover e repor quase todo o revestimento das paredes. Nos últimos meses deste ano, devido ao frio, o desprendimento voltou a aparecer, com os azulejos prestes a cair. Estes problemas são recorrentes. Além disso, de acordo com moradores, os elevadores avariam-se frequentemente, por exemplo, há movimentos anormais, falhas nas portas, fumo na cabina e casos em que moradores ficaram presos. Estes riscos deixam os moradores ficar com o coração nas mãos.

Estes cidadãos tiveram de esperar vários anos para ter acesso a um apartamento e deviam estar felizes por ter encontrado o seu doce lar. Porém, passaram-se apenas 2-3 anos e são obrigados a enfrentar sucessivos problemas de qualidade da construção. Isto é mesmo alarmante. Se já é frequente o surgimento de problemas nestes edifícios recém-construídos, temos razão para estar preocupados com o futuro agravamento destes problemas com o envelhecimento dos materiais, possivelmente com consequências desastrosas. Neste momento, a precária qualidade de construção e os problemas de segurança já estão a afectar a vida dos cidadãos e merecem urgentemente atenção e resolução por parte do Governo.

Quanto à falta de qualidade da construção, além de exigir ao empreiteiro e à companhia de administração a devida reparação e manutenção, o Governo deve, com uma atitude escrupulosa e responsável, introduzir melhorias e uma fiscalização mais eficaz quanto ao regime de concurso público das obras públicas, condições de adjudicação, supervisão, vistoria e responsabilização pelos riscos na construção de habitações públicas e noutros tipos de projectos, reforçando a segurança e assegurando a qualidade da construção.

A minha mensagem de Ano Novo Chinês é pedir ao Governo para melhorar a qualidade da construção, além de responder quantitativamente às necessidades da população em termos de habitação pública. Na verdade, a habitação pública deve reflectir a solidariedade e segurança social, e ser um exemplo de boa qualidade, não podendo ser reduzida a sinónimo de pouca qualidade.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 17.02.2016

Em Outubro de 2015, os SAFF, em cumprimento das orientações do Chefe do Executivo, responderam a uma interpelação escrita minha, indicando que o Governo já tinha criado um grupo de trabalho específico composto por dirigentes e juristas de diversos serviços, o qual “confirmou, por unanimidade, a necessidade de criação de um órgão municipal sem poder político, tendo ainda, segundo o disposto na Lei Básica, efectuado um estudo preliminar sobre algumas matérias, nomeadamente, as competências, as funções, a constituição e a metodologia para a escolha dos membros desse órgão municipal sem poder político”. Até hoje, os resultados do referido estudo não foram apresentados.

Solicito ao Governo para divulgar ao público os resultados do estudo sobre as competências, funções, constituição e metodologia para a escolha dos membros do órgão municipal sem poder político, e se o Governo concorda com a metodologia de sufrágio directo por zonas para a escolha dos membros.

O Governo criou vários organismos consultivos e definiu as “Normas para a Consulta de Políticas Públicas”, mas os resultados dessas consultas são insatisfatórios. Isto tem a ver com o facto de os membros desses organismos serem nomeados pelo Governo e de a renovação dos seus mandatos depender da relação que têm com os respectivos dirigentes. Se fossem eleitos pelo povo, respondiam perante os eleitores e não dependiam das relações harmoniosas com os dirigentes, podiam apresentar pareceres que correspondessem mesmo à opinião da população e fiscalizar as acções governativas directamente relacionadas com a vida da mesma. Sob o princípio “Um País, Dois Sistemas”, a Lei Básica de Hong Kong também prevê, no seu artigo 97.º, a possibilidade da criação, por zona, de órgãos municipais sem poder político. É com base nisto que a Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK) dispõe já de *District Councils* por zona, com a participação de membros eleitos pelo povo, e já cancelou as nomeações e promoveu o sufrágio directo dos referidos membros. Macau deve seguir essa tendência actual, devendo, nos termos do artigo 95.º da Lei Básica, preparar-se para criar assembleias municipais compostas por membros eleitos pelos moradores de cada zona, com vista a uma efectiva recolha das opiniões do público das diversas zonas e a permitir que este fiscalize as tarefas municipais, designadamente, nos domínios da cultura, lazer e salubridade pública.

Quanto ao *timing*, o Governo da RAEM deve lançar, logo no início do 2.º semestre deste ano, uma consulta pública sobre a criação de um órgão municipal composto por membros eleitos por zonas através de sufrágio directo, para o órgão municipal sem poder político conseguir entrar em funcionamento ainda neste mandato do Chefe do Executivo.

IAOD do Deputado Chan Iek Lap em 17.02.2016

É necessário dar resposta às necessidades do trabalho dos profissionais de saúde

Sr. Presidente,
Caros colegas

Há dias, foi inaugurado o Centro Clínico de Saúde Pública dos Serviços de Saúde. O edifício, situado em Coloane, na Estrada do Altinho de Ká Hó, tem 8 andares e estão disponíveis enfermarias de isolamento com pressão negativa. Isto é um passo relevante para a assistência médica e a higiene pública de Macau, especialmente, para a prevenção e controlo das principais doenças infecto-contagiosas, medida que merece o meu elogio e reconhecimento.

Como todos sabem, o funcionamento das novas instalações de saúde depende da colaboração dos profissionais para diversos tipos de trabalho. Assim, disponibilizar trabalhadores em número suficiente e apoio logístico apropriado pode demonstrar o cumprimento, por parte dos Serviços de Saúde, de um importante princípio apresentado pelo Governo, isto é, “os trabalhadores da Função Pública são os recursos mais preciosos do Governo da RAEM”.

Uma vez que o referido Centro foi construído numa zona remota em Coloane, penso que é bastante inconveniente para o pessoal médico e de enfermagem destacado para lá trabalhar, devido à longa distância. Mais, este Centro situa-se no meio da montanha e, mesmo havendo uma paragem de autocarros no seu sopé, há ainda um caminho para percorrer e subir a montanha depois de sair do autocarro, que é estreito e tem muitas curvas. Percorrer este caminho durante o dia exige apenas mais esforço, mas durante a noite já não se consegue imaginar, porque este Centro funciona 24 horas por dia e o pessoal precisa de trabalhar por três turnos, ou seja, das 8 às 16 horas, das 16 horas à meia-noite e da meia-noite às 8 horas do dia seguinte, assim, se o pessoal que sai do serviço à meia-noite ou trabalha no turno da noite for roubado ou houver atentado ao pudor, ao percorrer este caminho sem quaisquer pessoas nem luz suficiente, então, “os recursos tão importantes do Governo” serão gravemente prejudicados.

Quanto às referidas questões, sugiro que os Serviços de Saúde prestem mais atenção à questão do transporte do pessoal do Centro, porque nem todos possuem veículo e a maior parte dos trabalhadores destes Serviços é do sexo feminino. Os SS devem, então, disponibilizar um veículo exclusivo para transportar, ponto a ponto, os seus trabalhadores, por forma a resolver o problema. Se não for possível mobilizar recursos para aplicar esta solução, os SS também podem considerar adquirir serviços de transporte, através de adjudicação, junto das companhias de autocarros, de modo a assegurar a segurança do seu pessoal, reflectindo assim o princípio governativo de “ter por base a população”.